



[Handwritten signatures]

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no edifício da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira sito em Travassô, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira. -----

Paulo Gomes cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão, informou da ausência de Ricardo Almeida, justificando a sua falta. Para tal foi convocado Carlos Emanuel Silva Vidal, portador do cartão de cidadão 15174973 6zw6, válido até 13-07-2027, residente na Rua do Patronato, Bloco B, 290 R/C Direito – 3750-755 Travassô para tomar assento nesta Assembleia. -----

Esteve presente nesta sessão e a compor a mesa da Assembleia Paulo Jorge dos Santos Gomes, na qualidade de Presidente da mesa, Maria de Fátima Figueiredo dos Reis, na qualidade de primeira secretária e Óscar José de Almeida Matos a desempenhar funções de segundo secretário. Estiveram ainda presentes, Sofia Botelho Marques, Alexandre Resende Reis Pires, Ondina da Silva Gomes Soares, Paulo Rogério Lopes Pires e Cristina Maria Marques da Silva. O executivo fez-se representar pelo seu Presidente, Sérgio Edgar da Costa Neves, pela secretária Ana Sofia Resende Framegas e pela tesoureira Ilda Maria de Almeida Pinheiro. -----

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

3. Período da ordem do dia: -----

3.1 Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

3.2 Análise e apreciação do Protocolo entre a BARBOT, Manuel da Silva Henriques – Representações, Lda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, “SENTE-SE EM CASA COM BARBOT”; -----

3.3 Análise, deliberação e votação de Contrato Promessa de Cessão de Exploração entre a UFTOR e a Quantum Brilliance, Lda, do Artº 610, designado Pinhal do Senhor;

3.4 Análise, deliberação e votação de Contrato Promessa de Cessão de Exploração entre a UFTOR e a Quantum Brilliance, Lda, do Artº 2182, designado Pinhal Pedregosa; -----





3.5 Análise, discussão e votação do Protocolo ente a Câmara Municipal de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira para a atribuição de apoio financeiro para a realização da feira do Mundo Rural; -----

4. Outros assuntos nos termos do nº 1 do artº 49 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

5. Período para intervenção do público. -----

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, tendo sido aprovado por unanimidade-----

Neste ponto o Sr. Presidente da Mesa perguntou se havia algum reparo a fazer à ata. De seguida a mesma foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 6 votos a favor. -----

No período antes da ordem do dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Sérgio Neves que cumprimentou a Mesa da Assembleia bem como os restantes membros e o público presente. -----

Neste mesmo período, interveio Paulo Pires que alertou o executivo para o facto de salvaguardar a imagem da Junta de Freguesia e dos seus membros, pois foram publicadas fotografias e informações no Facebook vindas do grupo das aulas de Zumba, em que diziam que iam ter aula e que foram encontrar o espaço todo desarrumado, quando este mesmo espaço tinha sido utilizado minutos antes para benefício da freguesia (concessão do bar da Pateira). Questionou ainda o executivo sobre um valor que supostamente tinha sido cobrado à Professora de Zumba (80,00€), quando nunca se falou em nenhum valor nas reuniões de Assembleia. O Sr. Presidente de Assembleia testemunhou que nunca se falou em qualquer valor, disse ainda, que a questão do grupo das aulas de Zumba terem de ressarcir a Junta de Freguesia pela utilização do espaço foi colocada e ficou-se de perceber em conjunto com a Professora a melhor forma de resolver. Relativamente a esta questão o Sr. Presidente da Junta informou que no final da última reunião de Assembleia falou com a Professora de Zumba por escrito, em que a informou que teria de ser pago um valor mensal à Junta de Freguesia, pela realização das aulas no espaço da Junta, disse ainda que nunca lhe falou em 80,00€, mas sim em 50,00€. O Sr presidente acrescentou que na sequência das publicações na internet, interpelou a Professora do porquê da publicação com informações falsas e ao qual a mesma e de seguida escreveu que essa informação não era verdade. O Sr. Presidente explicou ainda que naquele dia, a reunião da concessão do bar precedeu a aula de zumba e que infelizmente atrasou-se o que levou por consequência ao atraso da aula. Alexandre Pires pediu a palavra para fazer um reparo acerca da data escolhida para a realização da Assembleia, justificando a pouca audiência com o





[Handwritten signatures in blue ink]

facto de se realizar à mesma hora um jogo de futebol da Seleção portuguesa. Continuou a intervenção perguntando ao executivo se a dívida ao empreiteiro Engenheiro Ricardo já foi paga e qual o valor. Concluindo referiu que por cima da fonte do Balbon em Óis da Ribeira encontram-se umas acácias que, segundo este, colocam em perigo as pessoas. Como tal, questionou o executivo se este tinha intenção de fazer alguma coisa antes da chegada do inverno. O executivo, à questão da dívida, esclareceu que esta mesma foi liquidada após a receção da fatura retificada. Acerca do perigo causado pelas árvores, o executivo afirmou que a remoção das mesmas colocará em risco a segurança dos taludes. Concluiu dizendo que enquanto não esteja garantida a estabilidade dos taludes, nenhuma ação será realizada. O Sr. Presidente da Assembleia retomou a palavra para esclarecer que foi este, que em acordo com o executivo escolheram a data da Assembleia. Ondina Soares pediu a palavra para perguntar ao executivo se haviam desenvolvimentos na obra “curva da padeira” e no projeto a concurso do edifício da Cerciag. O Sr. Presidente da Junta começou por afirmar que acerca do projeto da Cerciag ainda estão a aguardar a resposta ao concurso. Afirmou também que, acerca do projeto da “curva da padeira”, estão a aguardar orçamentos e que na próxima semana devem existir desenvolvimentos. Paulo Pires pediu a palavra para reforçar a sua opinião acerca da cedência do caminho Público discutido na reunião passada. Este reafirmou ter dúvidas de como poderá ser efetuado legalmente o processo de venda de um terreno que não está inscrito numa matriz. O Sr. Presidente afirmou que a única solução neste momento será a desafetação do terreno. Continuou afirmando que esta situação virá novamente à ordem do dia pois vão existir no futuro inúmeros outros dossiers ligados à nova estrada que liga Águeda a Aveiro. Antes de fechar este ponto o Sr. Presidente da Assembleia deu a conhecer aos presentes que junto ao rio um madeireiro efetuou o abate de choupos, recolhendo os troncos, mas deixando toda a ramada das árvores no rio. O Sr. Presidente da junta afirmou que tentará identificar o proprietário do terreno ou o madeireiro que realizou o abate, de forma a entrar em contacto com os mesmos para que a situação seja resolvida. -----

De seguida passou-se ao período da ordem do dia. -----

3.1 Apreciação e informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro -----

Neste ponto, o Sr. Presidente da Mesa questionou o executivo se tinha algo a acrescentar ao documento que foi enviado, ao que o mesmo disse que estava disponível para esclarecimentos ou questões que fossem colocadas. Neste ponto, interveio Ondina Soares que questionou o executivo se já teria uma data para o início da obra na





escola de Travassô e se têm alguma alternativa para albergar as crianças. O Sr. Presidente da Junta esclareceu que neste momento a obra ainda se encontra em fase de projeto e que acerca da deslocalização das crianças durante a execução da obra estão em estudo três alternativas: a colocação de contentores; o Patronato, que tem um conjunto de salas; ou a Banda, obras que se poderiam fazer e depois aproveitar para a escola de música, com a possibilidade de ser já no início do próximo ano letivo. Ondina Soares afirmou também que, durante alguns dias o parque da pateira esteve sem luz solicitando ao executivo uma explicação para esse facto. O Sr. Presidente esclareceu que as avarias são e serão recorrentes dado que existem cabos que estão enterrados, ficando debaixo de água e que enquanto não for remodelada a rede elétrica, que já está pedida à Eredes, esta situação irá continuar a acontecer. Ondina Soares terminou a intervenção questionando o executivo sobre o litígio que a junta de freguesia tem com a ARCOR acerca das instalações. O executivo esclareceu que na primeira semana do mês corrente a ARCOR abandonou as instalações da junta de freguesia, sem que tenha devolvido a chave e sem informar ninguém. Este afirmou também que já tiveram mais reuniões com a solicitadora para realizar a proposta de legalização das instalações. O Sr. Presidente da Assembleia deu também a palavra a Carlos Vidal. Este questionou o executivo acerca das ausências da médica de família e enfermeiras no centro de saúde da freguesia, ausências essas que segundo o mesmo advêm do facto de que a médica tem colmatado as ausências de outros médicos em Recardães e se o executivo encontrou alguma solução. Perguntou também qual foi o valor atribuído à conceção do bar da pateira e para terminar perguntou ao executivo qual é o projeto associado à candidatura ao fundo ambiental. O executivo começou por esclarecer que nas últimas semanas o centro de saúde esteve fechado por falta de administrativos e não por falta de médicos. Para mostrar a complexidade do problema, explicou que quando uma pessoa fica de baixa, ou de férias, e se dentro do sistema de rede não existir nenhum funcionário que o possa substituir possivelmente o centro de saúde terá de fechar (deu como exemplo a falta da empregada de limpeza). Informou também que a médica e as enfermeiras têm feito um esforço para responder às exigências da população pois neste momento têm mais 500 utentes do que o seria de esperar. O Sr. Presidente informou também que a partir deste momento todas as despesas do centro de saúde passaram para a Câmara. Acrescentou que esta transição não é imediata, mencionando como exemplo o facto de a Junta de Freguesia ainda ter por receber cerca de 3.000,00€ de eletricidade, valor este que foi pago por esta para que o centro de saúde pudesse funcionar, enquanto estas despesas não foram assumidas pela ARS. Relativamente à questão da concessão do bar da pateira, o Sr.

Cont. 510 840 671





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Presidente da Junta informou que o bar foi adjudicado por 7.000,00€. Sobre o Fundo Ambiental informou que a candidatura está ligada à economia circular, incorporando a recuperação dos fontanários, lavadouros e o incentivo às pessoas para beberem água da torneira, tendo em conta a questão da ecologia. Informou ainda que, o projeto de candidatura tem um valor entre 30.000,00€ a 40.000,00€ e que os resultados devem sair em agosto e setembro. -----

3.2 Análise e apreciação do Protocolo entre a BARBOT, Manuel da Silva Henriques – Representações, Lda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, “SENTE-SE EM CASA COM BARBOT” -----

À semelhança do ponto anterior o Sr. Presidente da mesa perguntou ao executivo se tinha algum esclarecimento a fazer. O Sr. Presidente da Junta esclareceu que este protocolo nasceu de um estudo feito, em que dizia que as pessoas eram mais felizes se as suas casas estivessem pintadas. Posto isto, o Sr. Presidente esclareceu que foi lançado o repto a duas empresas de Águeda para a venda de tintas a um preço mais acessível, para assim as pessoas terem um incentivo para pintar as suas casas, instituições e empresas, por dentro e por fora. De imediato a empresa Manuel da Silva Henriques, Lda que não vendia tintas até então, disponibilizou-se para realizar este protocolo com as tintas Barbot e a UFTOR. O Sr. Presidente esclareceu que as pessoas interessadas devem fazer prova que vivem e que são proprietários de uma habitação na União de freguesias (Travassô e Óis da Ribeira). Após apresentação das provas, a Junta de freguesia emite um voucher de desconto que poderá ser utilizado na compra das referidas tintas. Disse ainda que as pessoas podem pedir aconselhamento sobre os produtos (tintas, isolantes, etc.) junto dos técnicos. Neste ponto, Paulo Gomes perguntou se qualquer pessoa se podia candidatar, ao que o Sr. Presidente respondeu que sim, bastando cumprir os critérios já mencionados anteriormente. Carlos Vidal pediu a palavra perguntando se funcionava só em reabilitação ou também em construções de raiz, tendo sido esclarecido que esta situação só se aplica em reabilitação. -----

3.3 Análise, deliberação e votação de Contrato Promessa de Cessão de Exploração entre a UFTOR e a Quantum Brilliance, Lda, do Artº 610, designado Pinhal do Senhor; Neste ponto, o Sr. Presidente da Junta pediu para falar em simultâneo também do ponto 3.4, uma vez que se tratava da mesma situação. Começou por explicar que está em curso a criação de uma Comunidade energética na freguesia, nascendo esta ideia do aproveitamento dos fundos europeus. Informou que em Portugal já existem outros projetos semelhantes, sendo que o projeto mais próximo se localiza em Cantanhede, logo no distrito de Aveiro, este projeto será pioneiro. O Sr. Presidente explicou que





este projeto passou por 3 fases: na primeira foi feito um estudo prévio junto de todas as instituições, associações e Igrejas da freguesia, para avaliar a viabilidade do projeto. Afirmou que o estudo revelou que a freguesia tem uma boa área coberta, nas suas instituições, embora algumas dessas áreas não tenham consumo de energia. Informou que a única instituição que tem painéis solares e fotovoltaicos é o Jardim Social, sendo que a ideia desta empresa é propor numa fase posterior a compra da central dos painéis para juntar à comunidade. Informou que a totalidade do investimento é pago a 100% pelos fundos do PRR e que a junta de freguesia é apenas a mentora do projeto. Continuou a explicação esclarecendo que segundo o estudo realizado, nesta fase, para abastecer as associações e instituições bastava somente colocar painéis fotovoltaicos no Patronato e no ADT, em que depois seriam colocados como revendedores de energia. O Sr. Presidente continuou dizendo que estes produtores locais, poderão vender energia às restantes instituições e associações a um preço mais competitivo, o mesmo exemplifica que algumas das instituições pagam um valor de 180,00€ o Mw e com este projeto de produção local o preço seria de cerca de 100,00€ o Mw. O executivo esclareceu ainda que este valor seria para o horário diurno, pois durante a noite mantêm-se os valores dos contratos atuais. De seguida vão ser apresentados os valores às associações e instituições, estimando-se neste momento uma poupança na ordem dos 40 a 50%. Os acordos a elaborar com as instituições são a 15 anos, no final dos quais as instalações passam a ser propriedade das mesmas. O executivo acrescentou que neste momento está a ser lançada a segunda fase, em que as empresas da freguesia estão a ser abordadas no sentido de lhes proporem uma instalação ou para serem parte integrante da Comunidade energética. Estima-se que se todas as nossas instituições e associações aderirem, existirá excedente de energia, afirmou o mesmo. Na terceira fase a Comunidade energética será alargada aos consumidores domésticos. Apresentado o projeto de criação da Comunidade energética o Sr. Presidente fez o historial de dois terrenos que pertencem à junta de freguesia. Começou por afirmar que de entre estes dois terrenos, um deles ardeu em 2021, e o segundo tem sido um depósito de lixo (Pedregosa). Referiu ainda, a título de curiosidade, que no dia anterior à data desta Assembleia, dois cidadãos foram multados por fiscais municipais, pois foram intercetados a depositar lixo nesse mesmo terreno. No caso do Pinhal do Senhor o executivo tentou uma reflorestação após o incêndio, sendo a mesma negada pela Câmara Municipal, pois encontra-se numa zona de expansão da auto estrada, da qual a Câmara não permite plantação de eucalipto. Segundo o executivo, neste mesmo terreno, foi identificada a presença de saibro de categoria 1, o que,





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

segundo o Sr. Presidente da junta de freguesia, poderia ser utilizado na reabilitação dos caminhos da freguesia ou ser vendido. O executivo realizou uma estimativa de receita do saibro, que segundo a mesma daria aproximadamente na ordem dos 50.000,00€ (retirando apenas uma altura entre 4 a 5 metros). Esta possibilidade foi negada pela APA. O Sr. Presidente indicou também que foi feito um pedido de reflorestação para o terreno da Pedregosa, sendo neste caso negado pois o terreno, encontra-se numa zona florestal onde apenas pode ser plantada floresta autóctone. Tendo em conta o historial destes dois terrenos e no seguimento do projeto da criação de uma Comunidade energética, surgiu a possibilidade de realizar uma instalação de painéis fotovoltaicos nestes locais podendo antecipar a questão de sermos mais produtores e termos mais energia para vender, acelerando assim o projeto. Por conta disto, o executivo veio a esta Assembleia apresentar estes dois contratos promessa. O Sr. Presidente explicou ainda que nesta fase, o que se está a discutir é a possibilidade de avançar com o projeto, sendo que só avançará se durante os próximos 24 meses a parte de licenciamento estiver efetivada pela empresa, se a potência que existe instalada nas instituições e empresas não for suficiente e se for verificado que a aplicação dos painéis colmatará as necessidades energéticas, caso contrário, segundo o Sr. Presidente o projeto não avançará. Explicou ainda que, a área total dos dois terrenos ronda os 6 ha e que o investimento será na ordem dos 6 milhões de euros pagos a 100% pelo PRR. O executivo conclui a intervenção explicando que com a execução deste projeto a Junta de Freguesia ficará com uma fonte de rendimento na ordem de mais de 5.000,00€/ano durante 20 anos, resolvendo o problema dos dois terrenos e por fim ajudaria as associações e empresas, pois iriam usufruir de energia a um preço abaixo do mercado. Na sequência das explicações dadas pelo Sr. Presidente, interveio Paulo Pires que questionou o mesmo acerca do projeto da criação de uma Quinta Pedagógica pela Cruz Vermelha no Pinhal da Pedregosa. O Sr. Presidente respondeu que o projeto não avançou por falta de financiamento. Paulo Pires questionou ainda o executivo se a votação em causa não poderá interferir com a decisão já tomada anteriormente de permitir a utilização do terreno para destruição de resíduos verdes por parte de uma empresa. O Sr. Presidente da Junta explicou que embora tenha sido aprovado em assembleia não foi efetivado o ato de utilização desse terreno. Acrescentou ainda, que essa decisão não terá seguimento pois das diversas vezes que a empresa foi requisitada para proceder à destruição dos resíduos, foram encontrados outros tipos de resíduos não verdes. Segundo o Sr. Presidente a empresa teve de colocar funcionários a fazer uma triagem pois os resíduos não verdes podem danificar as máquinas e como tal, o custo do tratamento dos resíduos não é rentável para a

Cont. 510 840 671





empresa. Ondina Soares reforça a ideia, perguntando se é legal ter-se dado um fim a esse terreno e agora estar-se a dar outro, sem revogar o primeiro, ao que o Sr. Presidente respondeu que foi responsável da empresa que rejeitou continuar com o projeto, mas que solicitará a revogação desse mesmo projeto por escrito. Ondina Soares questionou o executivo se foram contactadas mais empresas para a realização do parque fotovoltaico e demonstrou que segundo a mesma 800,00€ ano por hectar é um valor reduzido. O Sr. Presidente disse que este valor foi apresentado por eles, que houve conversações com outra empresa, mas que estes foram os que se mostraram interessados na realização do projeto. Carlos Vidal acabou por responder juntamente com o Sr. Presidente, esclarecendo que se fossem colocadas árvores, em 20 anos o rendimento seria inferior ao do projeto apresentado. Paulo Pires perguntou se no caso de haver um incêndio ou vandalização, quem suportará os prejuízos, ao que Sr. Presidente respondeu que é da responsabilidade da empresa, Paulo Pires chamou então atenção do Sr. Presidente dessa informação não estar acautelada no contrato. Alexandre Pires pediu a palavra, dando os parabéns ao projeto apresentado, pois disse ser uma mais-valia para a nossa freguesia, ajudando as nossas instituições, dado que a energia é um bem essencial para o estilo atual das nossas vidas. Questionou ainda o executivo se foi emitido algum parecer por parte da APA. Ainda na posse da palavra pergunta qual a opinião dos vizinhos destes terrenos, se estes foram ouvidos sobre este assunto. Ainda na sua intervenção salvaguarda a ideia de se fazer um concurso público. O Sr. Presidente respondeu que não tem lugar nenhum concurso público porque o executivo não está a fazer nenhuma adjudicação, o que foi feito, foi um convite por parte da Junta a investirem na nossa freguesia. Relativamente à questão dos vizinhos, o Sr. Presidente esclareceu que tendo em conta a morfologia dos terrenos estes estão em pontos mais altos não interferindo com os terrenos vizinhos, no entanto se o projeto avançar e se os resultados forem positivos os vizinhos podem ser chamados para também eles fazerem a concessão dos seus terrenos caso estejam interessados. Relativamente aos licenciamentos o Sr. Presidente esclareceu que será da responsabilidade da empresa, sendo que as estruturas de suporte, são amovíveis, sendo passível de legalização. Carlos Vidal solicita ainda a palavra para pedir que se salvguarde no contrato a questão dos danos (incêndios, roubos, etc), que caso existam sejam da responsabilidade da empresa que explora e que nunca sejam imputadas responsabilidades à Junta. Pediu ainda que o valor da renda fosse revisto em função da valorização da energia. Paulo Pires sugeriu que se a empresa aumentasse o valor da energia às nossas instituições, também teriam de atualizar o valor da renda. O Sr. Presidente informou que depois de todos os estudos efetuados, o assunto voltará à Assembleia

Cont. 510 840 671





com um Contrato Final, onde todos estes pontos estarão salvaguardados. O Sr. Presidente aproveitou para convidar todos os membros da Assembleia a estarem presentes na reunião que irá haver com as instituições sobre este assunto. Nada mais havendo a acrescentar, o ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado com 5 votos a favor e 4 abstenções de Sofia Botelho, Ondina Soares, Alexandre Pires e Carlos Vidal. -----

3.4 Análise, deliberação e votação de Contrato Promessa de Cessão de Exploração entre a UFTOR e a Quantum Brilliance, Lda, do Artº 2182, designado Pinhal Pedregosa.; -----

A explicação do Sr. Presidente já foi dada no ponto anterior (pois é idêntico), assim como as intervenções. Posto o ponto à votação foi aprovado com 5 votos a favor e 4 abstenções de Sofia Botelho, Ondina Soares, Alexandre Pires e Carlos Vidal. -----

3.5 Análise, discussão e votação do Protocolo ente a Câmara Municipal de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira para a atribuição de apoio financeiro para a realização da feira do Mundo Rural; -----

O Sr. Presidente da Junta explica que este ponto é referente ao apoio anual que a Câmara Municipal atribui sendo necessário que o ponto seja votado à priori na Assembleia de forma que a Junta de freguesia seja ressarcida do valor. Carlos Vidal questionou o executivo se irá existir mais algum apoio além dos 3.600,00€ por parte da Câmara Municipal, uma vez que na opinião dele este valor será escasso para pagamento de todas as despesas, perguntando ainda de que forma o executivo pensa pagar as despesas restantes e se o executivo já consegue quantificar o valor real da realização da Feira Rural. O Sr. Presidente começou por explicar que a feira é paga pelos patrocinadores, pelos expositores e com o apoio da Câmara Municipal. afirmou ainda que a Câmara para além do valor dos 3.600,00€, também ajuda com empréstimos de bens como por exemplo, gerador e boxs e com o pagamento das bandas ao abrigo do protocolo com a UBA. Explicou que a Junta teve de demonstrar evidências de gastos superiores a 12.000,00€ para ter direito ao apoio referido, embora ache que é injusto dada a envergadura do evento, pois em outras freguesias se apresentarem uma despesa de 12.000,00€ vão ter direito ao mesmo valor. Carlos Vidal pergunta ainda qual o prejuízo que costumamos ter neste evento, ao que o Sr. Presidente esclareceu que sempre tivemos receita para cobrir o prejuízo. Alexandre Pires interveio no sentido de pedir esclarecimento do porquê de o relatório de execução do ano anterior não ter sido enviado à Câmara Municipal, daí achar que o pedido foi mal instruído, ao que o Sr. Presidente respondeu que para este apoio só tinha de se fazer prova de 12.000,00€ de despesa e foi apresentada mais de 13.000,00€, sendo que todos os





itens pedidos pela Câmara estão salvaguardados. Esclareceu ainda que todas as despesas da feira do ano anterior foram apresentadas no relatório de contas. -----

Este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado com 8 votos a favor e 1 abstenção de Alexandre Pires. -----

4. Outros assuntos nos termos do nº1 do artigo 49 da lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste ponto interveio Sofia Botelho que alertou para o facto de não se esquecerem de colocar os paus que servem de vedação ao parque, pois já foi motivo de discussão. Paulo Gomes também pede a palavra no sentido de deixar uma achega ao executivo, pois na sua opinião deveriam ter feito um convite formal aos membros da Assembleia para visitarem a Feira do Mundo Rural, salvaguardou que não foi por isso que deixou de ir e que gostou do que viu, no entanto lamenta esse esquecimento. Deixou também um louvor à Junta de Freguesia, pelo facto de nas eleições europeias a mesa de voto de Óis da Ribeira se localizar nas instalações da Junta de Freguesia. Finalizou a sua intervenção falando da concessão do Bar da Pateira, perguntando porque é que o Bar não abriu no dia 17 de junho e referência também que foram impostos procedimentos à empresa que está a explorar o Bar, nomeadamente a emissão dos jogos em ecrã gigante e que até dia de hoje não foi executado, sendo que tem sido interpelado pelos cidadãos, não sabendo o que responder. O Sr. Presidente relativamente ao convite para a Feira Rural, assumiu a falha, pedindo desculpa por isso. Sobre a mesa de voto informou que já tinha sido realizado um pedido para as eleições de março, mas nessa altura não foi permitido por parte da Câmara Municipal. Em relação ao bar, foi pedido por parte da empresa concessionária o adiamento da abertura por questões de meteorologia e também por uma questão de logística deles. Relativamente ao futebol disse não ter conhecimento que a situação não estava a ser cumprida e que ia averiguar. Para finalizar Paulo Gomes ainda deu os parabéns por as casas de banho no parque estarem limpas de forma exemplar. -----

5. Período para intervenção do público. -----

Neste ponto não houve intervenções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse colocada à votação a elaboração da ata em minuta, a qual foi considerada pelos seus membros. Colocada à votação a presente ata, a mesma foi aprovada por unanimidade com 9 votos a favor. ----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão pelas 23h30m minutos da qual se lavrou a presente ata. -----



TRAVASSÔ E ÓIS DA RIBEIRA
ENTRE O VOUGA, O AGUEDA E A PATEIRA

O Presidente da mesa da assembleia da união de freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: _____

Paulo Jorge dos Santos Gomes

A Primeira Secretário da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: _____

Fátima Reis

O Segundo-Secretário da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira: _____

Oscar José de Almeida Iqbal

Cont. 510 840 671



TRAVASSÔ - Rua João Batista 95 - 3750-755 Travassô
ÓIS DA RIBEIRA - Largo do Centro Social - 3750-650 Óis da Ribeira



234 629 755



geral@uftor.pt

